

FUNDAÇÃO CASA: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Ingrid de Souza Furtado (IC) e Robson Jesus Rusche (Orientador)

Apoio: PIVIC-Mackenzie

RESUMO

A aplicação de medidas socioeducativas com fins pedagógicos, se faz de extrema necessidade no que concerne ao desenvolvimento dos jovens, que praticaram algum tipo de ato infracional, visto que tais medidas tendem a inibir a reincidência dessas atitudes. Entretanto, faz-se de extrema importância verificar de quais formas têm ocorrido a aplicação dessas medidas e se os profissionais estão de fato, aptos para tal, tendo em vista a condição indispensável de seguir a proposta do ECA. A seguinte pesquisa investiga se a dinâmica da aplicação da medida socioeducativa, na Fundação CASA, tem sido praticada de acordo com a recomendação do ECA, partindo da concepção de quem vivenciou essa rotina. A coleta de dados foi realizada a partir de uma entrevista de opinião com um ex interno da Fundação CASA e a análise foi elaborada por meio da metodologia Zonas de Sentido, a qual busca compreender as significações contidas no conteúdo do discurso do indivíduo, assim foi realizada uma entrevista aberta, sua transcrição literalizada, após uma tabela de indicadores e por fim as zonas de sentido (A aplicação da medida socioeducativa, o acolhimento e a psicologia; Medidas Socioeducativas X Opressão e imposição). Os resultados obtidos evidenciaram a atribuição fundamental do acolhimento e da psicologia e as consequências desfavoráveis em relação a práticas opressoras e punitivas. Concluiu-se que as práticas dos profissionais que cumprem a aplicação das medidas, são imprescindíveis para a ressocialização desses adolescentes, entretanto as condutas acolhedoras revelam uma maior eficácia das medidas, enquanto as opressoras apontam para o oposto.

Palavras-chave: Medida Socioeducativa. Fundação CASA. Adolescente.

ABSTRACT

The application of socio-educational measures with pedagogical purpose it is extremally necessity in relation to youth development who practiced some infraction act since such measures trend to inhibit the recurrence of this attitudes. However, it is extremally important verify in what ways has occurred the application of socio-educational measures and if the professionals are indeed able for such, given that indispensable condition to follow the proposal of ECA. The following research investigates whether the dynamics of the application of socio-educational measures, in the Fundação CASA, it has been applied in accordance with the ECA recommendation, from the conception of those who has experienced. Data collect was execute from an opinion interview with a ex occupant of the Fundação CASA and the analysis was formulated through the Zones of meanings methodology, which seeks to understand the meanings contained in content of the individual's discourses, thereby was realized an open interview, your literalized transcription, then was made one table of indicators and ultimately the zones of meanings (The application of socio-educational measures, the reception and the psychology; Socio-educational Measures X Oppression and Imposition). The results obtained evidenced the attributions fundamental of reception and of psychology and the unfavorable consequences with respect to oppressive and punitive practices. It was concluded that the practices of professionals who comply the application of socio-educational measures are essential for the resocialization of

those adolescents, however the reception conducts unfolded a greater effectiveness of the measures, while the oppressive practices indicate the opposite.

Keywords: Socio-educational Measure. Fundação CASA. Adolescent.

1. INTRODUÇÃO

As medidas socioeducativas, podem ser descritas como medidas que são aplicadas judicialmente ao adolescente, após a prática de um ato infracional. Elas estão previstas no artigo 112 da lei 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e podem ser divididas em seis segmentos, sendo eles: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade (PSC); liberdade assistida (LA); inserção em regime de semiliberdade; e internação em estabelecimento educacional. A presente pesquisa diz respeito, especificamente ao cumprimento da medida socioeducativa através da internação na instituição Fundação CASA.

No que concerne ao cumprimento das medidas socioeducativas para fins pedagógicos como o que é proposto, ou seja, com a finalidade de fazer o adolescente refletir sobre suas atitudes, para inibir a reincidência das mesmas, as medidas se fazem de extrema importância, uma vez que a partir delas é possível trabalhar o desenvolvimento do adolescente e auxiliar na formação de indivíduos mais críticos, mais empáticos e com maiores possibilidades de evolução ao longo da vida.

Ultimamente, vivemos numa era a qual predomina a característica do imediatismo, em consonância com esse fator, surgem inúmeras adversidades do mundo moderno que são experienciadas por todos os indivíduos da sociedade, inclusive pelos adolescentes. Dessa forma, esse cenário se torna condição predominante de influência na vivência dos jovens, assim é possível dizer que o meio social e as outras especificidades do ser, são condições que devem ser levadas em consideração na aplicação das medidas socioeducativas.

No Brasil, o crescimento da violência se fez notar mais especialmente nas últimas duas décadas, com a entrada efetiva do país no processo de integração ao mercado globalizado e seu egresso no mundo democrático. Essa alteração de forças, embora não se configure como causa determinante da violência, de certo favoreceu situações propícias para a eclosão de elementos destrutivos existentes na dinâmica social do país. (Yokomiso, 2007. p. 77, 78)

A partir disso, destaca-se a necessidade de profissionais que saibam lidar com tais especificidades, se afastando de qualquer julgamento apresentado pelo senso comum, de modo que se comprometam com o formato de aplicação das medidas socioeducativas segundo as leis do ECA, promovendo dessa forma resultados assertivos em relação a ressocialização e reintegração dos jovens na sociedade.

Assim, o que se verifica atualmente é um maior índice de criminalidade entre os adolescentes, o que vem causando o aumento de adolescentes em internação para o cumprimento das medidas, desse modo o objetivo das medidas socioeducativas não vem

sendo atingidos em sua maioria, inviabilizando o trabalho psicossocial de qualidade para os jovens que apresentem reflexos significativos na sociedade de forma geral.

A partir desse contexto, levantou-se a seguinte questão: a dinâmica da aplicação das medidas socioeducativas está sendo praticada de acordo com o que é proposto pelo ECA? Com base nesse questionamento verificou-se a necessidade de investigar o que é de fato proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e quais condutas estão destoando da proposta, para que a partir disso seja possível compreender quais mudanças deverão ser feitas em quais âmbitos, de forma que aprimore as medidas e assim, seu objetivo de inibir a reincidência da criminalização seja alcançado. Por isso, problematizou-se a teoria e a prática como partes constituintes que são, analisando a partir da perspectiva de quem já vivenciou a aplicação das medidas.

Dentro da Fundação, a alternância entre as políticas adotadas no atendimento ao jovem infrator, ora numa atenção maior aos princípios educativos, ora aos repressivos, é clara decorrência desta complexa articulação. (Yokomiso, 2007. p. 80)

Portanto, o objetivo da pesquisa é apurar as medidas socioeducativas na Fundação CASA, por meio da pesquisa de opinião com um ex-interno da Fundação, levando em consideração suas experiências e o seu olhar crítico em relação a sua vivência dentro da instituição. Além disso, a análise foi feita utilizando a metodologia Zonas de Sentido, a qual visa captar a essência do discurso do indivíduo, permitindo a análise do objeto de estudo de forma abrangente. Todo esse processo foi realizado com o intuito de contribuir para o aumento do conhecimento das medidas socioeducativas, de forma que forneça subsídios para a reformulação dos métodos da aplicação das medidas socioeducativas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Em relação as medidas socioeducativas e ao seu caráter punitivo, que por vezes infringem o desenvolvimento e a proteção integral dos adolescentes, desenvolvendo uma prática não socializadora e que contraria os princípios e a conduta assegurados pelo ECA, destacam-se autores como Coutinho, Estevam, Araújo e Araújo (2011), os quais trazem a partir da perspectiva dos adolescentes e com enfoque psicossociológico, um estudo acerca das práticas de privação de liberdade para adolescentes, evidenciando os resultados a partir de uma análise de conteúdo e realidade.

O método de ressocialização, aplicado pela Fundação CASA propõe que, crianças e adolescentes que tenham cometido algum ato infracional devem ser encaminhados a esses centros de atendimento socioeducativos, por um período de no máximo três anos (dependendo do ato cometido), com o objetivo de proporcionar ao adolescente uma reflexão

sobre o ato infracional praticado e um retorno ao convívio social e familiar. (Coutinho, et al., 2011).

Além disso, é possível dizer que tais medidas possuem a função de responsabilizar esses adolescentes dos seus atos, e mais que isso, elas têm também a finalidade pedagógica de os orientar e instruí-los sobre suas condutas, inibindo a reincidência das mesmas e promovendo a ressocialização dos adolescentes, de forma que eles tenham espaço e facilidade de reinserção na sociedade.

No que concerne as finalidades pedagógicas, é interessante ressaltar a importância dos educadores, sejam eles agentes educacionais ou professores, tendo em vista que a educação é fator primordial para a orientação dos adolescentes e a formação destes enquanto cidadão pertencente da sociedade. Dito isto, é importante lembrar também que o adolescente interno se encontra sob tutela do Estado e deve ter acesso a todos os direitos e deveres que são garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, assim é obrigação do Estado oferecer acesso a educação com base na grade curricular obrigatória. Além disso, os educadores, por vezes, acabam assumindo o papel de figuras representativas, o que é extremamente significativo, já que estes acabam exercendo uma influência construtiva sobre os alunos.

Em relação ao cumprimento da aplicação das medidas socioeducativas, a princípio é interessante ressaltar a incoerência entre o que é proposto e o que ocorre na prática, diariamente, no cumprimento das medidas socioeducativas, através da privação de liberdade, dentro da Fundação CASA. Por meio do contato, com a narrativa de ex-internos é possível verificar a incompatibilidade entre a intenção de ressocialização e o sistema fundamentado na opressão. E ressaltar, duas características principais, sendo a forma como a sociedade entende esse adolescente e como esses são tratados no período que lhes foi reservado para reflexão.

“(...) Apesar disso, o que se verifica na prática cotidiana é que a proposta do ECA de garantir os direitos pessoais e sociais desses adolescentes ainda é executada de forma incipiente. São exemplos dessa situação: (I) a forma como a sociedade tem representado o adolescente infrator; e (II) a realidade das condições de privação de liberdade oferecidas aos adolescentes, que por vezes se mostram distantes do ideal sustentado pelo ECA.” (Coutinho et al., 2011).

É possível dizer que há uma convicção, formada pelo senso comum, de que existe um padrão exemplar a ser seguido pelos indivíduos, a partir disso aqueles que correspondem a esse padrão, são respeitados e merecedores de dignidade, conhecidos como “cidadãos de bem”. Entretanto, tudo que destoia de tal, para o senso comum, deve ser julgado e punido, muitas vezes, sem base jurídica e baseado em opiniões, com os únicos objetivos de vingança e castigo. A partir disso, nota-se que a sociedade compreende os

adolescentes infratores, como indivíduos inferiores, não merecedores de humanidade, mas sim da culpabilização psicológica, e por vezes física, assim a sociedade desconsidera o fato de serem indivíduos adolescentes, em desenvolvimento e os exclui, sem possibilidade de reflexão dos seus atos.

Nesse mesmo viés, verifica-se algumas contrariedades no cumprimento do sistema proposto pelo ECA, dentro da Fundação CASA, pois essa concepção de castigo, expressa pelo senso comum, muitas vezes, acaba se sobressaindo ao propósito de ressocialização e refutando o objetivo principal das medidas socioeducativas, de inibir as reincidências dos atos infracionais. Assim, os adolescentes (que é importante ressaltar, se encontram no período de desenvolvimento), que teriam a possibilidade de refletir sobre seus atos e mudar suas condutas, acabam sendo punidos de forma perversa e sem qualquer tipo de humanidade, garantindo apenas a aversão a esse sistema.

A punição, da qual trata Michel Foucault (1975) deve ser transformada, feita de outro modo, que não o confronto físico entre o condenado e o soberano, tendo em vista que tal confrontação revela o excesso, opressão, mal uso do poder, e a partir disso torna-se intolerável. Além disso, é possível identificar também a desproporção com que são praticados esses confrontos estabelecidos entre os adolescentes e o conjunto Fundação CASA, que são incabíveis em qualquer perspectiva e incompatíveis com o intuito primordial do sistema.

Faz-se de extrema importância também, lembrar a proteção garantida pelo ECA, que objetiva a preservação do adolescente que cometeu algum ato infracional e que, por vezes, acaba sendo infringida, de modo direto ou indireto. E com isso, anulando o principal direito de qualquer cidadão, em específico dos adolescentes, que é o direito à integridade física e psíquica, inibindo a capacidade de transformar aquele adolescente, visando a construção de novas práticas.

“Essa necessidade de um castigo sem suplício é formulada primeiro como um grito do coração ou da natureza indignada: no pior dos assassinos, uma coisa pelo menos deve ser respeitada quando punimos: sua “humanidade”. Chegará o dia, no século XIX, em que esse “homem”, descoberto no criminoso, se tornará o alvo da intervenção penal, o objeto que ela pretende corrigir e transformar, o domínio de uma série de ciências e de práticas estranhas — “penitenciárias”, “criminológicas”.” (Michel Foucault, 1975, p. 96)

Percebe-se então a necessidade de fomento à pesquisa, no campo das medidas socioeducativas, analisando o seu potencial de recuperação dos jovens infratores, uma vez que elas propiciam para a redução nos índices de criminalização no país. Entretanto, é necessário também, verificar de que modo tais medidas estão sendo postas em prática,

para que as mesmas cumpram a função de ressocialização, e não a de castigar fundamentando-se na desumanidade.

3. METODOLOGIA

Tendo em vista a importância de se manter a subjetividade e a exatidão da vivência e dos impactos emocionais e psicológicos do sujeito da pesquisa, encontra-se a necessidade de uma metodologia que possibilite a investigação mantendo essas características e preservando-as em sua íntegra, dessa forma a presente pesquisa foi conduzida tendo como metodologia as zonas de sentido ou núcleos de significação.

Este tipo de metodologia, permitiu a coleta de dados, também uma maior interação social entre o sujeito da pesquisa e a discussão acerca da temática. Além disso, a análise dos resultados transcende os dados, visto que tal método qualitativo desenvolve um diálogo entre a temática, seus significados e o pesquisador. Assim, a partir da narrativa do sujeito informante, verificou-se a necessidade de compreender os sentidos e as significações contidas no conteúdo do discurso do mesmo.

A palavra, signo por excelência, representa o objeto na consciência. Podemos, desse modo, afirmar que os signos representam uma forma privilegiada de apreensão do ser, pensar e agir do sujeito. (AGUIAR; OZELLA, 2006)

Seguindo a proposta metodológica descrita foi realizada uma entrevista de opinião com um ex-interno da Fundação CASA, de vinte e três anos, através de videoconferência e com áudio gravado. De início, houve uma breve explicação sobre o tema e a pesquisa que envolve este trabalho, após como propulsor da entrevista foi feita a seguinte pergunta: “Você poderia me contar como foi a sua vivência na Fundação CASA, desde o primeiro dia que você entrou, até quando você saiu?” dessa forma, tornando viável a coleta de dados.

A partir daí, foi realizada a transcrição na íntegra e a literalização da entrevista, de forma a preservar a sua essência e garantir sua autenticidade. Em seguida, foi feita uma tabela com o levantamento dos indicadores, que foi constituída através do agrupamento por semelhança e complementaridade dos grifos da entrevista transcrita, que geraram cinco indicadores (medidas socioeducativas e sua aplicabilidade, medidas socioeducativas e a opressão, atuação do psicólogo no cumprimento das medidas socioeducativas, Fundação CASA e a importância do acolhimento, medidas impostas pela instituição Fundação CASA). Em seguida, foram agrupados pelas categorias de semelhança, complementaridade e contrariedade dando origem à duas zonas de sentido (a aplicação da medida socioeducativa, o acolhimento e a psicologia; medidas socioeducativas X opressão e imposição) e a partir dessas zonas de sentido foi feita a análise com base no referencial teórico.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 Zonas de sentido

4.1.1 A aplicação da medida socioeducativa, o acolhimento e a psicologia.

O entrevistado afirma que a medida socioeducativa é efetiva. Nos conta que estudou dentro da instituição, fez ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio e hoje tem uma bolsa de estudante. Sua agente pedagógica o auxiliava em relação ao seu preparo para o ENEM. Ele tinha todas as matérias da grade curricular obrigatória e também eram oferecidos cursos extracurriculares. Ele afirma também que, existia um sistema de privilégios denominado progressão, o qual era dividido em inicial, intermediária e final, essa divisão relacionava cada fase com o período de cada interno dentro da instituição, e embora a progressão seja uma medida interessante, ela acaba privando quem se enquadra na fase inicial. Ele reitera que a questão da educação era muito boa, uma vez que como eram poucos alunos se tornava fácil a aprendizagem e conseqüentemente o seu desenvolvimento e que foi na sua última passagem que “abriu a mente para os estudos” (sic) pois lia muitos livros. As fases intermediária e final podem subir com livros de qualquer gênero para o quarto, entretanto a inicial há a limitação de ser a bíblia. Ele fazia caça palavras, cruzadinhas e muitas redações, sua agente pedagógica levava alguns conteúdos a parte do conteúdo programático e dessa forma ele ia estudando. Para ele os cursos extracurriculares que eram disponibilizados eram bons e todo esse contexto favoreceu para seu amadurecimento e desenvolvimento pessoal. Além disso, acredita que a sua última passagem agregou muito no que tange a questão pedagógica, entretanto em relação à segurança há a necessidade de aprimoramentos. Ainda que considere difícil sua trajetória na faculdade, ele a caracteriza como uma vitória em sua vida. Ele afirma também que havia psicólogos e que eles conversavam com o intuito de entender sua história, o que auxiliava no seu desenvolvimento, principalmente por ele acreditar que precisava de ajuda. Além disso, ele acredita que se na sua primeira passagem na Fundação CASA tivesse um tratamento como esse, ele já teria tido mudanças significativas. Ele relatava tudo para os psicólogos, contudo sentia receio de falar sobre seus erros, uma vez que, de acordo com a sua perspectiva, eram erros imensuráveis, e por isso ele acabava falando apenas a parte dos agentes socioeducativos. A assistente social era legal, entretanto ela não conversava com os adolescentes com o intuito de entender as situações a partir da perspectiva deles e repassar ao diretor e esse contexto o deixava irritado. Os agentes socioeducativos apresentavam déficit no cumprimento das medidas socioeducativas, principalmente em relação as questões psicológicas. Eles não demonstravam a empatia necessária, para enxergar as situações a partir da perspectiva dos adolescentes e entender determinadas atitudes deles. Sua agente pedagógica o auxiliava muito, o que foi fator primordial para o seu amadurecimento, para ele, se em suas outras

passagens tivessem pessoas que focassem em instruí-lo e não apenas criticar ou até mesmo agredir, as chances de ressocialização seria muito maior. Ele acrescenta que, a maioria dos tumultos que ocorriam na Fundação CASA, eram gerados por funcionários (agentes socioeducativos) que não eram aptos ao diálogo e por isso ficavam “marcados” (sic). Ele ressalta o sentimento de solidão lá dentro, uma vez que, foi pego sozinho e está sozinho, pois as pessoas lá são apenas conhecidas. “...colocando um pouquinho pelo lado humano, então eu sentia falta, das pessoas, do carinho, do afeto...” (sic). Para ele, a intenção não era ter alguém que o colocasse como vítima, mas alguém que o entendesse e instrísse, assim como sua agente pedagógica e sua professora de Língua Portuguesa faziam, compreendiam que a sua necessidade básica ali era de empatia. Essa empatia foi o que fez com que ele se enxergasse enquanto indivíduo, pois lá dentro muitas vezes se questionava sobre sua existência. Além disso, para ele ter conhecimento de que ainda existem pessoas que acreditam em sua mudança, te inspira a buscar novos objetivos e de fato mudar.

4.1.2 Medidas socioeducativas X Opressão e imposição.

Quando o entrevistado entrou na instituição se deparou com uma realidade mais rígida do que já tinha ouvido falar. De primeiro instante, já pôde perceber que havia agressões, pois alguns agentes socioeducativos não tinham paciência para o diálogo com os adolescentes. E logo na sua primeira passagem já identificou que qualquer atitude poderia ser um motivo para que gerasse um estresse nos agentes socioeducativos, que levaria a punições. Ele relatou um fato que vivenciou, de outro adolescente que por ter se levantado acabou sendo agredido por um agente socioeducativo. Para ele, existem funcionários que agredem por agredir, sem qualquer pretexto, e fazem isso com cautela, ou seja, de forma que não deixe marcas nos adolescentes. Alguns agentes já chegavam para trabalhar com o intuito de agredir algum adolescente, apenas aguardando um momento oportuno. Dessa forma, eles já chegavam provocando psicologicamente os adolescentes, para que eles se estressassem e isso gerasse algum “motivo” para agressão. Muitas vezes eles entravam no quarto de forma ameaçadora, batendo e gritando. O entrevistado afirma que, a depender do adolescente, inicialmente eles tiram de sala de aula, conversam, se o adolescente for muito ríspido, chamam o diretor, coordenador e segurança para conversar de forma mais severa e se não resolver, eles acabam agredindo. Quando ocorria algum tumulto, eram mais de cinco agentes socioeducativos que entravam no quarto para agredir os adolescentes. “pegavam e macetavam, caía em cima, chute, bica, soco, arrebatava, arrebatava mesmo, assim soco de verdade, batia mesmo, igual gente grande.” (sic). Ele diz que realmente eles tinham feito algo, tinham batido as portas de ferro do espaço onde estavam, mas tinham feito porque os agentes tinham tirado alguns de seus benefícios, como

assistir televisão, jogar dominó, sem qualquer justificativa. Ele afirma ainda que, existem dois termos usados sendo, “casa dada” (sic) onde o que prevalece são as regras, em sua maioria impostas pelos adolescentes e “casa opressão” (sic) que é fundamentada na opressão por parte dos agentes socioeducativos. Um outro fator que ele ressalta é que para qualquer ação era necessário utilizar a expressão “licença, senhor.” (sic). Caso o adolescente não usasse ele era agredido com a justificativa de desrespeito. O entrevistado relatou que após uma briga entre dois internos, os agentes socioeducativos colocaram todos os adolescentes no pátio, sentados em cima da própria mão. E nessa mesma ocasião, eles o levaram a perícia e depois o agrediram, com o intuito da perícia não encontrar resquícios. Além disso, ele nos conta também que eles reportavam alguns acontecimentos aos técnicos (assistente social e psicólogo), mas muitas vezes ficavam com medo de falar. Quando a pedagogia entrava no pátio, era motivo de alegria aos adolescentes, já quando os agentes entravam era motivo de tensão, porque a qualquer momento eles poderiam inserir mais normas e mais opressão, um dos exemplos das normas que tinham que ser seguidas era andar com as mãos para trás. Os agentes socioeducativos ficam em alerta com relação aos adolescentes “tomar a Fundação” (sic), ou seja, inserir as normas dos próprios adolescentes. Quando era retirado alguns benefícios dos internos, eles reivindicavam em prol do retorno desse benefício e isso também era um dos motivos que gerava agressões. No entendimento dele, nem tudo era motivo para gerar as agressões, uma vez que atitudes instintivas eram consideradas como motivos, como se levantar da cadeira. Os adolescentes que eram chamados pelos agentes para fazer algum tipo de trabalho dentro da instituição e se recusavam, eram marcados e podiam até ser prejudicados através do relatório. Ele relata ainda que, nem sempre tinham banho quente. Em dias de frio, as vezes tinham que tomar banho gelado, a água já era em pequena quantidade e ainda tinham que lidar com o fator da temperatura. “parecia pedra caindo” (sic). Apesar de na maioria das vezes não ter uma justificativa considerável para tomar banho gelado, os agentes justificavam que era a caldeira que estava quebrada. Para ele, as tarefas que eram solicitadas pelos agentes (varrer, tirar lixo pesado) eram boas aos internos que necessitavam de distração, mas para muitos não era interessante, por serem tarefas pesadas.

4.2 Análise

O Estatuto da Criança e do adolescente apresenta artigos que informam e regulam como devem ser as práticas para os procedimentos socioeducativos que conduzem o adolescente à reflexão e ao retorno ao convívio. Durante a entrevista, foi possível identificar práticas socializadoras, geralmente relacionadas com o campo educacional, que possibilitou por exemplo, o entrevistado prestar ENEM, adquirir uma bolsa de estudos e ter acesso a Universidade.

Pode-se observar que a prática socializadora quando aplicada de forma a pensar e preservar os direitos humanos e os direitos da criança e do adolescente, apresentam significativas contribuições para o desenvolvimento dos indivíduos. Haja vista a agente pedagógica do entrevistado que foi de suma importância em sua trajetória. Seu envolvimento e dedicação em considerar as necessidades do indivíduo, adolescente em formação e processo de reintegração social, auxiliaram na mudança de percepção e de objetivos do entrevistado. Além disso, ela proporcionou também o fortalecimento de vínculos e se construiu como uma figura representativa, desenvolvendo assim uma relação de confiança com ele, o que proporcionou sua compreensão de seus atos.

Conforme determina o Estatuto da Criança e do adolescente “Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.” O que foi visto que é cumprido, tendo em vista que os adolescentes possuem acesso à educação, com a grade curricular obrigatória sendo respeitada e com cursos extracurriculares sendo oferecidos, o que também é de extrema importância para o desenvolvimento dos jovens. Além disso, o contexto pedagógico que foi inserido na Fundação CASA, foi conciliado com uma rede de apoio construída por profissionais da educação que identificaram as necessidades dos adolescentes e suas subjetividades e assim puderam agir de forma que contribuísse para seu amadurecimento e transformação de ideias, tanto em relação aos seus atos infracionais, quanto em relação a perspectiva de vida. Faz-se de extrema importância ressaltar o trabalho desses profissionais (agentes pedagógicos e professores), uma vez que eles colaboram para uma menor reincidência e para o progresso desses indivíduos.

Ser profissional na área da educação nos dias atuais é muito mais do que ser apenas transmissor de conhecimentos. É ser alguém que acompanha o aluno, transmitindo valores e atitudes que permitam com que os alunos cresçam enquanto pessoas humanas. (Oliveira, 2010. p. 61)

De acordo com o exemplo do entrevistado, é possível dizer também que todo esse contexto pedagógico auxilia o jovem a conseguir uma oportunidade de inserção no ensino superior, o que também é de suma importância, pois é um início para sua reinserção na sociedade, além de contribuir para uma introdução no mercado de trabalho. Apesar de possivelmente encontrar algumas dificuldades no decorrer desse processo, ele é essencial para o progresso dos jovens, ele amplia suas possibilidades, desenvolve uma maior criticidade e possibilita enxergar realidades que talvez não tivesse acesso antes de ingressar no ensino superior, colaborando assim para o crescimento pessoal desses adolescentes.

Em contrapartida, há um sistema o qual foi denominado progressão que não é amparado pelo ECA, esse sistema visa estimular o adolescente a cumprir com as regras

determinadas pelos agentes socioeducativos, dessa forma a medida que o adolescente cumpre com todas as regras ele vai avançando da inicial para intermediária e final, entretanto essa medida criada não apresenta bons resultados, haja vista a privação imprópria em relação as leituras, que determina que os adolescentes enquadrados na fase inicial só podem ler a bíblia e apenas os da intermediária e final, podem ter livre escolha sobre suas leituras. Dessa forma, ao invés de colaborar essas regras acabam criando dificuldades e sendo um motivo de resistência para a mudança e desenvolvimento desses jovens.

A assistência psicológica e o acolhimento, conforme citado pelo entrevistado, ocorre através do processo de escuta individual, com o intuito de compreender as vivências e a trajetória do indivíduo, para que dessa forma seja possível, a partir de suas subjetividades, possibilitar a reflexão do ato infracional cometido, além de proporcionar aos adolescentes visibilidade enquanto indivíduos, o acolhimento e a assistência psicológica permiti também que o adolescente exponha seus sentimentos, seus anseios, desejos, dando voz ao seu eu interior e proporcionando autoconhecimento.

A privação de liberdade para o cumprimento da medida socioeducativa acaba acarretando na interrupção da convivência familiar e social ressaltando manifestações psicoafetivas no cotidiano dos adolescentes, como sentimentos de tristeza, solidão e sentimento de vazio, todo esse contexto também pode afetar o desenvolvimento dos adolescentes, de forma que se desconsidere enquanto ser humano e indivíduo pertencente da sociedade. Dessa maneira, faz-se de extrema importância o acolhimento desses jovens e a construção de figuras representativas através dos profissionais da instituição, tendo em vista que as práticas destes podem ser apreendidas pelos adolescentes, sejam elas positivas ou negativas. Ou seja, os profissionais da Fundação CASA, por serem as pessoas de maior convívio durante o período de internação dos jovens, acabam se tornando figuras de referência para eles, um elemento primordial de inspiração, que auxilia também na sua ressignificação e mudança de comportamento.

De acordo com os relatos do entrevistado, as agressões são episódios frequentes na instituição, são usadas como forma de castigo/punição, e elas podem ser geradas por dois motivos: alguma atitude dos adolescentes considerada como desrespeito ou em desacordo com as normas, pelos agentes socioeducativos ou pelo estresse diário dos agentes socioeducativos, como uma forma de descontar as tensões diárias através da agressividade contra os adolescentes internos.

As agressões infringem o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que este tem por objetivo resguardar os jovens que cometeram algum ato infracional e estão cumprindo medidas socioeducativas, além de garantir os direitos pessoais e sociais desses

jovens. Além de infringir o Estatuto, essas ocorrências de agressões acabam dificultando o desenvolvimento dos jovens, e atingindo a integridade física e moral dos jovens que deveriam estar resguardados pelo Estado.

Em “Vigiar e Punir” Michel Foucault (1975) traz concepções acerca do poder e da tortura em relação a “correção” dos indivíduos, ficando evidente que o confronto físico realizado pelo soberano, o indivíduo que representa a figura que detém o maior poder em determinadas situações, revela apenas o mal uso do poder, tendo em vista que o confronto físico não gera bons efeitos, pelo contrário, na maioria das situações em que ocorrem o confronto físico, o oprimido acaba sentindo o desejo de se tornar o opressor, gerando assim mais agressividade e mais confronto físico, o que entra num ciclo vicioso e não produz o principal efeito das medidas socioeducativas, que é a reflexão dos atos infracionais e uma mudança de comportamento por parte desses jovens, a partir da consciência que deve ser formada neles, sobre a importância de alguns valores morais, como empatia, ética, respeito, dentre outros.

As medidas socioeducativas não se apresentam como uma punição, mas como medidas com finalidade pedagógica e com o principal intuito de inibir a reincidência dos atos infracionais, entretanto devido a privação de liberdade e as condições previstas em lei para o cumprimento das medidas, através da internação provisória acabam se concretizando também como uma punição, a qual já deve ser por si própria a internação e a falta de convívio familiar e social, que como já citado gera manifestações psicoafetivas relativamente negativas. No entanto, as agressões surgem como medida de punição, com intuito de punir esses adolescentes, ao passo que a correção de suas atitudes se torna apenas um segundo plano.

Nessa mesma violência, ritual e dependente do caso, os reformadores do século XVIII denunciaram, ao contrário, o que excede, de um lado e de outro, o exercício legítimo do poder: a tirania, segundo eles, se opõe à revolta; elas se reclamam reciprocamente. Duplo perigo. É preciso que a justiça criminal puna em vez de se vingar. (Michel Foucault, 1975. p. 94, 95)

Além disso, percebe-se também a incoerência entre a proposta da medida socioeducativa e a forma como ela é aplicada na instituição Fundação CASA, a punição através das agressões revelam um despreparo por parte dos agentes socioeducativos, uma vez que eles estão lá para o cumprimento da aplicação de acordo com o ECA e como foi visto em “Medidas socioeducativas X opressão e imposição” eles acabam agindo em total desacordo com o que é imposto pelo ECA. Além da punição, as agressões se apresentam também sob um viés de vingança, absolutamente oposto ao caráter pedagógico que é proposto.

Esse contexto se constrói fundamentado numa sociedade arcaica, que acredita que a forma mais eficaz de fazer com que as crianças e adolescentes aprendam é seguindo a Lei de Talião, na qual os jovens devem passar por algum castigo, na mesma proporção do dano que causaram, ou seja, do ato infracional que cometeram. Em suma, todas as agressões e atitudes voltadas para punição dos agentes socioeducativos, acabam sendo asseguradas pelo senso comum, que reproduz a ideia de que adolescentes que cometeram algum tipo de ato infracional não devem ter o direito de reintegração na sociedade, muitos menos devem ter seus direitos humanos assegurados, mas devem sim ser punidos e sofrer consequências severas. Essa ideia é de extremo desconhecimento, tendo em vista que esse raciocínio, gera mais agressividade nos adolescentes, não causa a reflexão dos seus atos, muito menos a mudança dos mesmos, resultando assim no aumento dos atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes e por fim no aumento da criminalidade na sociedade.

Além das agressões, a vivência na Fundação CASA é caracterizada também pela opressão, os jovens são obrigados a cumprir regras que são determinadas pelos próprios agentes socioeducativos, ou seja, regras que não estão previstas no ECA, caso não sejam cumpridas, é comum serem repreendidos com agressão. Assim, é possível identificar que a opressão e a agressão estão intrinsecamente relacionadas e estruturam um cenário iminente de terror. Também é possível identificar contradições nessa forma de imposição e organização da Fundação CASA, uma vez que as regras são impostas com a justificativa de praticar o respeito, entretanto elas seguem a lógica do poder, sendo assim apenas o soberano deve ser respeitado, ou seja, o respeito é exigido para os agentes socioeducativos, que sob a perspectiva deles, é quem detém o maior poder, mas para as crianças e os adolescentes que estão internados, o mesmo respeito não é exigido, tendo em vista as agressões e a retirada compulsória dos seus benefícios, como o banho quente.

A partir disso, é interessante ressaltar também a importância de funcionários, em especial os agentes socioeducativos, capacitados para lidar com o contexto da Fundação CASA e aptos e dispostos a aplicar a medida socioeducativa em sua íntegra, seguindo a proposta do ECA. Nesse mesmo viés, os profissionais devem estar distantes de qualquer julgamento e possuir ao máximo uma imparcialidade emocional, uma vez que sua função é a de auxiliar na ressocialização e não aplicar castigos que tenham base no senso comum e se distanciem do conteúdo científico e pedagógico proposto.

Dessa forma, é possível dizer que o acolhimento gera mudanças positivas, a reflexão dos atos infracionais cometidos e a ressignificação dos jovens enquanto indivíduos, é através do acolhimento que os jovens conseguem compreender a importância de si e do outro e assim, se distanciar dos atos infracionais e facilitando sua reintegração na

sociedade, tornando assim a medida socioeducativa eficaz e trazendo resultados positivos. Em contrapartida, o tratamento baseado na punição e na opressão, gera nos jovens uma maior agressividade e indignação, o que acaba tendo efeito contrário do que é sugerido no ECA, ou seja, não provoca a reflexão dos seus atos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos relatos do colaborador, foi possível perceber que as características que se acentuaram em relação a problemática do cumprimento da medida socioeducativa na instituição Fundação CASA, estão relacionadas com a atuação dos profissionais na aplicação dessas medidas, tanto em relação ao alcance dos objetivos propostos, quanto em relação aos danos, que por ventura, podem ser causados aos jovens.

Constatou-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente fornece os subsídios necessários para a aplicação da medida, de forma que garanta a proteção integral dos adolescentes e preserve a integridade física e moral dos mesmos. Além disso, o ECA também apresenta o formato ideal o qual esses jovens devem ser atendidos, para que a internação cumpra a função pedagógica, auxiliando assim para o desenvolvimento do indivíduo e inibindo a recorrência dos atos infracionais, o que acarretará na diminuição da criminalidade entre os jovens.

No decorrer da pesquisa ficou evidente o contraste entre as relações de acolhimento e das medidas fundamentadas numa psicologia humanista, que propõe o indivíduo enquanto ser único que possui subjetividades das quais devem ser levadas em consideração, e a relação de opressão e imposição, que por vezes é colocada na Fundação CASA. Elas se apresentam como questões divergentes, que geram comportamentos e reações contrapostas, que interferem diretamente na formação do ser.

Inicialmente, é de extrema importância ressaltar que no decorrer da pesquisa verificou-se a importância e o papel fundamental dos agentes pedagógicos e dos professores para os adolescentes, tendo em vista o olhar empático que eles apresentam, em sua maioria, para com os jovens que estão em uma situação de maior vulnerabilidade no que diz respeito ao convívio familiar e social do qual estão acostumados. Além disso, esses profissionais apresentaram uma percepção extremamente crítica e completa em relação as necessidades dos jovens em situação de privação de liberdade, assim eles conseguiam, na medida do possível, suprir algumas carências desses adolescentes, em fatores associados majoritariamente aos sentimentos e a educação.

As práticas desses profissionais apresentam resultados assertivos e que corroboram com a proposta do ECA em relação ao desenvolvimento dos jovens em fase de formação. O manejo deles é fundamentado em valores como respeito, educação, altruísmo e

principalmente a partir da distância de qualquer pré-julgamento concebido pelo senso comum, dessa forma eles conseguem enxergar as subjetividades e as necessidades dos jovens, colaborando para seu amadurecimento, sua mudança de perspectiva e o desenvolvimento de valores como os já citados, respeito, educação, altruísmo, dentre outros.

Em contrapartida, viu-se que em relação a forma dos agentes socioeducativos de conduzir as medidas, não apresentam as mesmas tendências, no que diz respeito ao manejo e aos resultados da internação.

Conforme visto no decorrer da pesquisa os agentes socioeducativos, em sua maioria, apresentam uma condução baseada na opressão e na imposição de regras e princípios que são criadas por eles mesmos e vão em desacordo com a proposta do ECA. Esse formato de atendimento a esses jovens, não revelam bons efeitos, tendo em vista que manifestam mais agressividade, por aprender o exemplo desses profissionais que acabam se tornando figuras de grande representatividade, devido ao longo convívio com os jovens.

Além disso, é possível dizer também que essa opressão e imposição, que resultam majoritariamente numa agressão, se opõe ao princípio primordial do ECA, que diz respeito a proteção dos adolescentes e a preservação de sua integridade física e moral. Dessa forma, é possível dizer que os agentes socioeducativos, em diversos contextos, infringem o Estatuto da Criança e do Adolescente e esse cenário é pautado no pré-julgamento trazido pelo senso comum, do qual os profissionais devem estar imparciais, ao menos dentro da instituição, para que assim isso não interfira na aplicação das medidas socioeducativas e venham a descumprir os direitos dos jovens.

A pesquisa foi articulada a partir das vivências e experiências de um colaborador, que cumpriu medidas socioeducativas em privação de liberdade na instituição Fundação CASA e foi analisada majoritariamente, pela perspectiva de Michel Foucault, que apresenta o questionamento acerca do poder e da punição. E a partir disso, a pesquisa conduz para a reflexão sobre as formas de interferência da punição na existência do ser e como deve ocorrer essa punição, ressaltando sempre os direitos, e também os deveres, dos adolescentes a partir da proposta do ECA.

A partir dessa premissa e da pouca quantidade de pesquisas em relação a aplicação das medidas socioeducativas e seus resultados, este trabalho atesta a necessidade de futuras pesquisas que busquem compreender o contexto da Fundação CASA e das medidas socioeducativas, de forma que se entenda quais os descuidos que estão ocorrendo para que haja cada vez mais adolescentes na realidade das transgressões, a partir de uma visão geral e afastada do senso comum, pois só assim será possível compreender a totalidade

das internações e as individualidades do ser e melhorar esse contexto. Além disso, é importante também compreender os acertos em relação a aplicação da medida, pois dessa forma é possível replicar essas atitudes e aumentar as chances de ressocialização e reintegração na sociedade.

Em suma, o que fica evidente nessa pesquisa é a importância do acolhimento em detrimento da opressão, e a importância da atenção a proposta do ECA pelos profissionais que cumprem a função de reeducar e reintegrar à sociedade os adolescentes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa. Há a necessidade de um esforço conjunto entre os agentes socioeducativos, pedagógicos, instituição familiar e sociedade, para que ocorra a ressocialização e iniba a reincidência dos atos infracionais cometidos por esses jovens.

6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira e OZELLA, Sérgio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2006, v. 26, n. 2 (pp. 222-245). Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200006> >. Acesso em: 12 setembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**. 1990. Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca_digital_Defeso_V2.pdf >. Acesso em: 28 julho de 2021.

COUTINHO, Maria da Penha de Lima et al. Prática de privação de liberdade em adolescentes: um enfoque psicossociológico. **Psicologia em Estudo**. 2011, v. 16, n. 1, (pp. 101-109). Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/pe/a/5Q6FNm8J7TtVff99GhxKZs/?lang=pt#> >. Acesso em: 10 agosto de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 20 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Andréa dos Santos. **A Fundação CASA e o trabalho educativo escolar**. Tese (mestrado em educação). Universidade Cidade de São Paulo – UNICID. São Paulo, p. 61. 2010.

YOKOMISO, Celso Takashi. **Violência e descontinuidade psíquica: um estudo sobre a Fundação Casa**. (Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, 270 p.

Contatos: furtado.ingrids@gmail.com (aluno) e robson.rusche@mackenzie.br
(orientador)